

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE SUSTENTABILIDADE

COMO ATORES TRANSNACIONAIS CONSERVACIONISTAS

UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O

DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL E A

GLOBALIZAÇÃO DOS IDEAIS CAPITALISTAS

Lucas Lira de Menezes*

Carolina Pereira†

Resumo: O objetivo geral do presente trabalho é analisar teoricamente o desenvolvimento sustentável a partir dos moldes do Relatório de Brundtland, e a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) de sustentabilidade enquanto atores transnacionais. Para isso, a metodologia escolhida para a realização do trabalho é a qualitativa explicativa, fazendo uso de um arcabouço teórico bibliográfico e documental que aborda as temáticas de meio ambiente, sustentabilidade, economia e relações internacionais. Ademais a hipótese do trabalho é que, com o fim da Guerra Fria e a globalização dos ideais capitalistas com afincos por todo o cenário internacional, houve uma transformação de caráter ontológico nos modelos de ONGs de sustentabilidade, que passaram a atuar como ferramenta auxiliar na colonização epistêmica neoliberal. Portanto, o trabalho é dividido em três partes, objetivando: (1) realizar um debate teórico entre preservacionistas e conservacionistas e as concepções de *wilderness*; (2) abordar a questão do desenvolvimento na economia, sua relação com a sustentabilidade e a crítica (in) sustentável e; (3) buscar elucidar sobre o papel das ONGs enquanto atores transnacionais de promoção dos ideais capitalistas. Por fim, o trabalho possui a finalidade de contribuir com o pensamento crítico nos estudos ambientais das Ciências Humanas e Sociais

Palavras-chave: Organizações não governamentais; desenvolvimento sustentável; sustentabilidade; conservacionismo; meio ambiente.

NON-GOVERNMENTAL SUSTAINABILITY ORGANIZATIONS
AS TRANSNATIONAL CONSERVATIONIST
ACTORS: A THEORETICAL DISCUSSION ON
(UN)SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND THE
GLOBALIZATION OF CAPITALIST IDEALS

Abstract: This article aims to theoretically analyze sustainable development, based on the Brundtland Report, and the role of sustainability Non-Governmental

* Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFBA (PPGRI-UFBA). Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (PPGCP-UFPI). Membro do BRICS+ Research Center (NEPBRICS-UFBA). Membro do Núcleo de Estudos sobre Sustentabilidade Ambiental e Social (NESSAS-UFPI). lucas_lira_menezes@hotmail.com.

† Doutoranda em Direito pelo PPGD- UFC. Docente do Departamento de Direito (UEMA). Mestra em Ciência Política (PPGCP - UFPI). Especialista em Direito e Democracia e Bacharela em Direito (UFPI). Pesquisadora no Grupo de Estudos GEDAI (UFC), do Diretório Geopolítica, Capitalismo e Natureza (UFPI) e do NESSAS (UFPI). madureiracarolina@yahoo.com.br

Organizations (NGOs) as transnational actors. To this end, the methodology chosen to this work is the explanatory qualitative, using a bibliographic and documentary theoretical framework that addresses the themes of environment, sustainability, economy and international relations. Furthermore, the hypothesis of the work is that, with the end of the Cold War and the globalization of capitalist ideals throughout the international scenario, there was an ontological transformation in the models of sustainability NGOs, which began to act as an auxiliary tool in the neoliberal epistemic colonization. Therefore, the work is divided into three parts, aiming to: (1) conduct a theoretical debate between preservationists and conservationists and the conceptions of wilderness; (2) address the issue of development in the economy, its relationship with sustainability and the (un)sustainable critique; (3) seek to elucidate the role of NGOs as transnational actors in the promotion of capitalist ideals. Finally, the work aims to contribute to critical thinking in environmental studies in the Humanities and Social Sciences.

Keywords: Non-Governmental Organizations. Sustainable Development. Sustainability. Conservationism. Environment.

1 INTRODUÇÃO

No campo das Relações Internacionais e demais Ciências Humanas e Sociais, o termo transnacional surge no período pós-moderno, com o intuito de fazer uma diferenciação entre atores internacionais e transnacionais. Apesar de serem similares, o termo transnacionalização pode ser visto como uma forma de compreender os processos de internacionalização a partir da análise de relações econômicas, políticas e jurídicas que ocorrem mundialmente, para além de relações exclusivamente estatais.

Isso ocorre porque, umas das primeiras lentes teóricas da área que abordavam o cenário internacional, como o Realismo e suas fragmentações, possuíam uma ótica voltada exclusivamente para a relação entre Estados, uma vez que acreditava-se que estes eram os únicos atores que realmente possuíam poder efetivo em um cenário anárquico de balança de poder. No entanto, na década de 90, outros agentes passaram a ganhar força e protagonismo internacionalmente.

Segundo Özdemirkiran-Embel (2021), em sua obra “*Transnational actors in global governance*”, foi durante esse período pós-Guerra Fria, no fim do século XX, que o termo transnacional começou a ganhar mais respaldo justamente para se referir a esses agentes que não eram nem Estados e nem nações. O motivo, segundo o autor, foi o fato desses atores individuais, ou associações, passarem a representar interesses diversos que poderiam convergir ou divergir com interesses estatais.

Ainda, esse fato ocorria ao passo em que outras vertentes teóricas que não priorizavam exclusivamente as análises das relações estatais e temáticas de segurança internacional ganhavam notoriedade. Assim, temas que antes eram vistos como secundários ou não tão importantes como os tópicos de segurança e economia, passaram a ser mais apreciados e estudados nas Relações Internacionais, como relações de gênero, raça, sexualidade, e o objeto principal de estudo deste artigo: o meio ambiente.

Dito isso, o sistema mundial na contemporaneidade não consegue ser teorizado ou compreendido, de fato, sem levar em conta o poder influenciador dos atores transnacionais. A razão, segundo Özdemirkiran-Embel (2021), seria porque as relações transnacionais não estão sob o controle dos Estados, porém, estão quase sempre em contato com eles, direta ou indiretamente. Assim, cada vez mais Estados e demais instituições internacionais seguem envolvendo agentes transnacionais enquanto especialistas em âmbitos políticos, econômicos, de prestação de serviços, de vigilância e de representação de interesses.

Dentro dessa perspectiva, Tallberg e Jonsson (2010) pontuam sobre quais atores são considerados enquanto transnacionais. Dentre os citados, podemos mencionar associações partidárias, redes de defesa, e Organizações Não Governamentais (ONGs). Complementando os autores supracitados, Özdemirkiran-Embel (2021) também salienta que movimentos sociais e as consequências das suas organizações, como protestos, também podem atingir a transnacionalidade quando atravessam fronteiras a nível internacional.

Isto posto, a pesquisa em questão parte de um pressuposto de que esses atores transnacionais, no âmbito da cooperação internacional, passam a surgir com mais afinco e ter mais participação pois possuem intenções de reinserção de expressões de interesses privados nos modelos de governanças, tornando as suas formas mais complexas. Logo, o artigo busca analisar teoricamente a atuação de ONGs de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável como ferramentas de globalização de ideais neoliberais.

Vale ressaltar que o presente trabalho não pretende generalizar as ONGs ambientais como propagadoras do neoliberalismo e capitalismo, mas sim pontuar que, para além daquelas que genuinamente são fundadas por movimentos sociais e possuem vertentes teóricas que entendem que para que haja uma promoção da preservação ambiental, primeiro precisa-se combater o

capitalismo (como vertentes ecossocialistas), existem aquelas que atuam de maneira transnacional em prol da propagação de ideais neoliberais disfarçados de pautas de desenvolvimento sustentável. Essas que são o objeto principal de análise da pesquisa em questão.

Para isso, a pergunta-problema que norteia o trabalho é: Como ONGs voltadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável contribuem para a manutenção e propagação da epistemologia neoliberal no cenário internacional? Buscando solucionar essa problemática em questão, o estudo se divide em três partes, objetivando especificamente: (1) realizar uma discussão sobre as concepções de mundo selvagem e o surgimento do debate entre preservacionistas e conservacionistas, no âmbito da Ecologia Política Internacional; (2) buscar elucidar sobre as noções do que é considerado “desenvolvido”, sua relação com a sustentabilidade e a crítica (in)sustentável e; (3) analisar a atuação de ONGs de sustentabilidade enquanto propagadoras de ideais conservacionistas de sustentabilidade.

Destarte, para o desenvolvimento da primeira parte desse trabalho, se faz necessária a compreensão, inicialmente, das noções de mundo selvagem (*wilderness*) e de bom civilizado e mau selvagem, abordadas respectivamente por Diegues (2008) e Laplantine (2006). Após esse levantamento, a pesquisa adentrará no debate teórico entre preservacionistas e conservacionistas, que permeia até os dias atuais, à luz dos seus pioneiros: Gifford Pinchot e John Muir.

Na segunda parte do artigo, para discutir sobre o surgimento do termo “desenvolvimento” e sua relação com o meio ambiente, fazendo surgir o “desenvolvimento sustentável”, primeiro será feito uma sumarização em contextos economicistas. Para isso, serão utilizados escritos de estudiosos como Baran (1977), Celso Furtado (1975) e Coggiola (2009). Após a conceituação de desenvolvimento, explicando o seu surgimento nos moldes capitalistas e correlação com o desenvolvimento sustentável, será feita a crítica (in)sustentável levantada por Rosana Freitas, Camila Nélsis e Letícia Nunes (2012), a partir, também, do Relatório de Brundtland (1987).

Já na terceira parte do artigo, para se trabalhar sobre a transnacionalização das ONGs como ferramenta de propagação dos ideais liberais, os escritos do professor Daniel Aragão (2012) serão norteadores para a discussão dessa temática proposta. Ainda, dialogando com os textos mencionados, neste

segundo tópico do trabalho será utilizado o estudo de Fernando Ribeiro (2012), com o intuito de realizar uma discussão mais aprofundada a respeito do ambientalismo na globalização neoliberal capitalista.

Logo, como percebido, a metodologia utilizada para o desdobramento do trabalho em questão, será a qualitativa. De acordo com Kirschbaum (2013), a abordagem qualitativa é escolhida por pesquisadores que buscam identificar as medidas essenciais para a elucidação de seu fenômeno de interesse. Dessa forma, levando em consideração as diversas possibilidades de desenvolvimento dos objetivos e métodos da pesquisa, as selecionadas pelos autores do presente estudo foram a explicativa e a bibliográfica, uma vez que a pesquisa explicativa, segundo Gil (1999), visa identificar fatores que contribuem ou determinam a ocorrência de um evento.

Ademais, Gil (1999) argumenta que esse tipo de estudo é o que mais se dedica a aprofundar a compreensão da realidade, já que busca esclarecer as relações de causa e efeito dos fenômenos, assim como os motivos de sua ocorrência. Tal afirmação é corroborada por Lakatos e Marconi (2001), que afirmam que esse modelo de pesquisa tem como objetivo estabelecer relações de causa e efeito por meio do controle direto das variáveis relacionadas ao objeto em estudo.

Já no que diz respeito à técnica escolhida para o desenvolvimento do artigo em questão, a selecionada foi a bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica refere-se a toda a literatura já publicada sobre o tema em estudo. Assim, a variedade de obras abrange desde publicações isoladas, jornais e revistas, até monografias, teses, dissertações, entre outras que possuem credibilidade no âmbito acadêmico (Lakatos; Marconi, 2001).

Diante do exposto, a pesquisa possui a hipótese que com o fim da Guerra Fria e a globalização dos ideais neoliberais com afincamento por todo o cenário internacional, houve uma transformação de caráter ontológico nos modelos de ONGs de sustentabilidade, que passaram a atuar de maneira empresarial, corroborando com a colonização epistêmica neoliberal. Esse fato ocorreu devido a vitória dos Estados Unidos da América (EUA) sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fazendo com que na guerra ideológica de capitalismo *versus* comunismo, o capitalismo saísse vitorioso, sendo propagado globalmente como a ideologia a ser seguida, através de

operacionalizações como o “*american way of life*”, por diversos âmbitos da sociedade internacional, principalmente culturalmente.

Dessa forma, destaca-se a atualidade proposta na temática em questão, visto que o tema de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade segue sendo cada vez mais debatido frente aos demasiados problemas ambientais que vêm surgindo em diversos âmbitos da sociedade. Portanto, o trabalho surge através da necessidade de impulsionar estudos que pensem de maneira crítica as noções de desenvolvimento atreladas à sustentabilidade, impostas através de uma ótica de universalidade dentro dos moldes capitalistas.

2 O “MUNDO SELVAGEM” E O DEBATE ENTRE PRESERVACIONISMO E CONSERVACIONISMO

Para se compreender o debate entre preservacionistas e conservacionistas, e como isso afeta a pauta do desenvolvimento sustentável, primeiro se faz necessário entender a noção de “mundo selvagem”. Segundo Keith Thomas (1983), até o século XVIII, na Europa, permeava no imaginário coletivo concepções que valorizavam apenas os campos de cultivo no “mundo natural”. Isso porque, de acordo com o autor, o homem era considerado o dono da criação e de todos os animais, sendo estes, seres insensíveis à dor que deveriam ser domesticados.

Conforme Thomas (1983), a domesticação de animais era tida como o ápice da humanização para os europeus. Quando começaram a chegar nos seus territórios as ideias orientais de venerar a natureza, foram recebidas com desaprovação, pois além de acreditarem que os recursos naturais eram infinitos, eles não se entendiam como iguais aos outros seres da natureza, muito menos como inferiores.

Ainda, Thomas (1983) pontua que, para o pensamento geral dos europeus, era comum que alguns indivíduos fossem percebidos como animais. Ou seja, aqueles seres humanos marginalizados que não eram considerados “civilizados” dentro dos moldes europeus, eram associados à selvageria do mundo natural. Alguns exemplos que Thomas (1983) menciona são: os pobres, as mulheres, as crianças, os indivíduos que não correspondiam aos padrões de sanidade da época, bem como as pessoas com deficiência.

Kempf (1993) complementa que os indígenas também eram associados à barbárie pretensiosamente por não se comportarem como os europeus.

A autora afirma que estas pessoas que viviam em territórios naturais eram consideradas selvagens, comedoras de búfalos e demônios vermelhos, como uma forma de os associarem à animais e, logo, decretarem a sua superioridade sobre eles, justificando a sua expulsão e colonização, como explicado por François Laplantine (2003).

Dividindo em dois momentos distintos de sua obra “Aprender Antropologia”, Laplantine (2003) explicita sobre interpretações a respeito da figura do “selvagem”. O momento que está sendo descrito pela Kemf (1993) e pelo Thomas (1983), corresponde ao que o Laplantine (2003) denomina de “a figura do mau selvagem e do bom civilizado”.

Segundo o autor, a diversidade de comportamentos, culturas, vestimentas, religiões e modos de agir no geral, presentes nas sociedades humanas, quase nunca são percebidas pelos diferentes como algo factual ou natural, mas sim como algo completamente diferente da sua realidade, de maneira aberrativa, exigindo uma explicação. Assim, para justificar a colonização de todo um povo, era comum que se propagasse as ideias de que, aquelas pessoas que se comportavam de uma maneira mais conectada aos elementos da natureza, não correspondendo com os padrões de “civilidade” europeus atrelados a vida urbana, estavam mais associadas aos animais do que aos seres humanos (Laplantine, 2003). Ou seja, se eram mais semelhantes aos bichos do que aos cidadãos, era justificável a sua dominação e adestramento.

Portanto, uma estratégia propagada pelos colonizadores europeus, assim como pelos intelectuais responsáveis por moldar a epistemologia que justificava tal colonização, foi de adotar terminologias que subalternizassem essas pessoas. Por exemplo: “selvagens”, “bárbaros”, “não-civilizados” e “animalescos” (Laplantine, 2003). Hoje em dia, um termo muito comum que inferioriza um povo em detrimento de outro, muito utilizados nas Relações Internacionais, é “subdesenvolvido”.

Todavia, a desvalorização dos territórios em que esses povos à margem da sociedade viviam, e que também eram considerados indignos e inferiores aos seres humanos, começou a mudar no início do século XIX. Segundo Diegues (2008), para dar início a essa transformação do pensamento sobre essa temática em questão, houve uma grande contribuição do avanço do campo da História Natural, devido a forma respeitosa com que os naturalistas

tratavam as áreas consideradas selvagens, que ainda não tinham passado por nenhuma ação humana.

Ainda, Diegues (2008) explana que, outro motivo que fez com que houvesse essa transformação com mais afinco, foi o advento da modernidade. Com a revolução industrial, a forma de viver nas cidades, antes cobiçada pela “civilização” justamente por passar essa concepção de superioridade ao “rústico” do campo, passou a ser criticada. Isso ocorreu pois o ambiente da cidade, com cada vez mais fábricas instaladas, passou a tornar o ar bastante poluído, chegando a muitas vezes se tornar irrespirável (Diegues, 2008).

Dessa forma, Diegues (2008) afirma que a vida no campo passou a ser idealizada, principalmente pelas classes mais abastadas, que não interagiam diretamente com a produção agrícola. Em adição, Corbin (1989) salienta a ação dos escritores românticos, uma vez que é válido ressaltar que no início do século XIX estava se consolidando a primeira fase do Romantismo europeu na literatura.

De acordo com Corbin (1989), esses autores passaram a escrever de maneira que idealizavam a vida na natureza selvagem. Fazendo alusões muitas vezes às noções de “paraíso”, promovidas pelas religiões de origem judaico-cristãs, eles faziam comparativos sobre descoberta da alma, da inocência, da intimidade, da beleza, do refúgio e do sublime (Corbin, 1989).

Isto posto, Diegues (2008) afirma que, por conta da influência dessas questões supracitadas e das suas correlações, passou a haver criações de áreas naturais “protegidas”, denominadas de “ilhas”. Estas, por sua vez, possuíam grande beleza natural e uma estética de “natureza intocada”. No entanto, apenas as partes da natureza que possuíam esse valor estético e que correspondiam a essas expectativas românticas mencionadas, que eram preservadas para o usufruto das classes mais ricas. Por exemplo, Diegues (2008) menciona que as naturezas consideradas não atrativas não eram prioridade para proteção, como os pântanos e os ranchos, havendo uma seletividade no que diz respeito a esse pensamento protetivo.

Ainda, na maioria das vezes, para que houvesse essa proteção da natureza selvagem que possuía essa beleza atrativa para os ricos, era necessário que houvesse a expulsão dos povos nativos, outrora considerados selvagens. E foi a partir dessas premissas que surgiu o conceito de parque nacional como

área selvagem de proteção, originado nos Estados Unidos da América (EUA) (Diegues, 2008).

Durante esse período de surgimento de parques naturais como forma de proteger aquela área, duas concepções teóricas prevaleciam e divergiam sobre essa temática: os preservacionistas e os conservacionistas. Essas visões de conservar e/ou preservar o mundo natural, foram sintetizadas no âmbito acadêmico através das propostas dos estudiosos Gifford Pinchot e John Muir. Essas ideias foram tão importantes para o estudo do meio ambiente em diversos âmbitos das sociedades nacionais e internacionais, que repercutiram não apenas nos EUA, como por todo o globo (Diegues, 2008).

Segundo Diegues (2008), a essência do preservacionismo pode ser descrita como a percepção da natureza a partir de um sentido de apreciação espiritual e estética da vida selvagem como uma forma de reverência. Essa perspectiva teórica surge muito influenciada pelos escritos de Henry Thoreau, que se baseava na ideia de um ser único, universal, que transcendia no interior da natureza (Diegues, 2008).

Outro nome que se consagra enquanto um autor importante para a compreensão das ideias preservacionistas, é o Marsh (1965). Marsh (1965) afirmava, através de uma análise precisa sobre os impactos negativos da civilização no meio ambiente, a partir de uma ótica voltada para os EUA, que o ser humano não mais utiliza a terra para seu usufruto, mas sim para o consumo exacerbado e degradação (Marsh, 1965).

Em suma, de acordo com os escritos de Marsh (1965), era necessária uma regeneração geográfica como solução para a cura do planeta. Porém, para isso, deveria começar com o controle da expansão tecnológica desenfreada. No entanto, segundo ele, para que isso fosse possível, precisaria que houvesse uma enorme revolução moral e política dentro das sociedades modernas (Marsh, 1965).

Todavia, apesar da inspiração de Thoreau e das contribuições de Marsh (1965) no desenvolvimento da vertente teórica preservacionista, segundo Diegues (2008), John Muir foi quem se consagrou enquanto o teórico mais relevante no preservacionismo. Isso ocorreu porque o autor organizou com mais afinco as ideias basilares da epistemologia do preservacionismo.

De acordo com Diegues (2008), a base do pensamento de Muir era o respeito e reconhecimento da natureza enquanto parte de uma comunidade na qual todos os seres vivos pertencem, assim como os seres humanos. Para ele, as pedras, montanhas e as águas faziam parte de uma alma divina que penetrava a natureza. Categorizado como um preservacionismo “puro” por Diegues (2008), Muir afirmava que em uma guerra da humanidade contra os animais selvagens, ele estaria mais inclinado a ficar do lado dos animais.

Essas suas premissas partiam de um pressuposto de que os seres humanos não deveriam ter direitos superiores ao resto da natureza. Assim, essas ideias ganharam apoio dentro do âmbito da História Natural, na ciência, principalmente pelas conceituações da teoria da evolução, proposta por Charles Darwin, onde ele posicionou o homem de volta a uma conjuntura natural, se tornando uma fonte de grande importância no que tange o ambientalismo e as noções de ética ambiental (Diegues, 2008).

Já no que tange o conservacionismo dos recursos naturais, o nome que se consagrou enquanto principal intelectual na formulação da teoria foi o Gifford Pinchot. Pinchot foi um engenheiro florestal formado na Alemanha, responsável por estruturar um movimento ambiental focado em conservar os recursos naturais a partir da aplicabilidade do uso racional (Diegues, 2008).

Diferente do exposto anteriormente sobre os europeus pré-modernos acreditarem que os recursos da natureza eram infinitos, Pinchot já afirmava com afinco e salientava sobre a lentidão da regeneração da natureza. Para o autor, levando em consideração essa velocidade, os processos utilizados para manejar esses recursos deveriam buscar torná-la eficiente (Diegues, 2008). Em outras palavras, pode-se dizer que, a partir da utilização da racionalidade no seu manejo, Pinchot buscava transformar a natureza em mercadoria.

Porém, diferente dos desenvolvimentistas, que costumavam esbravejar e escrever sobre buscar o desenvolvimento dentro dos moldes capitalistas a qualquer custo, o conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos que se opôs a essa ideia. Seus escritos pontuaram que a exploração da natureza deve ser feita pensando no benefício da maioria da sociedade, não apenas pensando nos indivíduos que vivem no presente, como também pensando nas gerações futuras. Para isso, Pinchot afirmava que deveria haver modos que promovessem a redução dos dejetos na natureza,

bem como uma produção máxima focada na sustentabilidade, que diminuísse a exploração e consumo de fontes naturais não-renováveis (Diegues, 2008).

No entanto, ressalta-se o caráter exploratório e antropocêntrico no pensamento conservacionista, uma vez que, apesar de propor essas concepções de extrair o necessário, ainda assim era um necessário pensando no desenvolvimento e na figura do ser humano enquanto superior aos demais seres pertencentes à natureza. Ou seja, conservar a natureza pensando no bem, primeiramente, do ser humano.

Isto pode ser analisado por Nash (1989), quando ele afirma que o conservacionismo de Pinchot era demasiadamente imbuído nas concepções do *ethos* de progresso. Ainda, o mesmo identifica em suas obras que o desenvolvimento era o primeiro princípio que regia a conservação. Esse princípio, de acordo com Pinchot, deveria ser pensado junto a preservação do desperdício (Nash, 1989).

Em suma, indo de encontro com as noções preservacionistas que, como o próprio nome já subentende, possuíam a ideia de “preservar” a natureza, ou seja, deixá-la intocada, reverenciada, uma vez que são mais importantes que os seres humanos, os conservacionistas buscavam extrair dela o que seria benéfico para os indivíduos, pensando a partir das concepções de progresso e desenvolvimento, através de uma ótica racional e não visando acúmulo e lucro de uma minoria. Porém, ainda transformando a natureza em mercadoria, uma vez que partia de um pressuposto antropocêntrico.

Por fim, o conservacionismo, por compactuar com as noções de desenvolvimento, dentro dos moldes de aproveitamento dos recursos naturais, auxiliou na solidificação dos pilares do “desenvolvimento sustentável” atual. Segundo Diegues (2008), esses pilares são os três princípios que baseiam o conservacionismo: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (Diegues, 2008, p. 31).

3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CRÍTICA (IN)SUSTENTÁVEL

Dentro dessa perspectiva preponderante de conservacionismo atrelada ao desenvolvimento sustentável, surge a primeira grande manifestação sobre o meio ambiente no cenário internacional. De acordo com os escritos de Freitas,

Nélsis e Nunes (2012), a Primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU), aconteceu em Estocolmo, com o intuito de alertar os países-membros a inserirem essas questões de sustentabilidade no âmago das suas políticas públicas.

Por conseguinte, na década de 80, foi instaurada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), através da Assembleia Geral da ONU. Sendo presidida pela ex-primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, o relatório lançado em 1987 pela CMMAD denominado de “Nosso Futuro Comum”, advindo dessa assembleia, ficou popularizado como Relatório de Brundtland (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Tendo como objetivo principal de inspirar ações internacionais e nacionais para o desenvolvimento com foco na sustentabilidade, o Relatório de Brundtland visa promover uma suposta harmonia entre a humanidade e a natureza. Para isso, o Relatório em questão traz diversos tópicos que abordam a noção de desenvolvimento sustentável, desde o seu significado amplo, até a inclusão da economia nos processos de decisão ambiental (CMMAD, 1987).

Vale ressaltar a importância no estudo do Relatório de Brundtland, no que tange à compreensão do desenvolvimento sustentável, uma vez que, apesar dessa concepção já ter sido trabalhada previamente, foi com esse documento que se popularizou com mais afinco, firmando condições inter e transnacionais para se obter tais feitos. Por isso que, até os dias atuais, o “Nosso Futuro Comum” ainda é, hegemonicamente, referenciado quando se aborda essa temática em questão.

Dito isso, de acordo com o próprio documento, o desenvolvimento sustentável se caracteriza por:

(...) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1987, p. 46).

Em conformidade com os apontamentos conservacionistas supracitados, o Relatório de Brundtland reforça essas premissas quando, em seu próprio conceito de desenvolvimento sustentável, salienta que as necessidades e aspirações dos seres humanos devem ser o principal objetivo do desenvolvimento (CMMAD, 1987). Muitas vezes reforçando o termo “desenvolvimento” e esquecendo da palavra “sustentável” o Relatório abre espaços para muitas críticas teóricas que julgam que o documento é uma ferramenta de reforço das políticas e colonização epistêmica liberal desenvolvimentista.

Porém, um contraponto a respeito dos julgamentos sobre respaldar as concepções de desenvolvimento a qualquer custo, surge no próprio documento, quando ele impõe limites ao desenvolvimento. No entanto, esses limites surgem de maneira claramente tendenciosas, afirmando que os países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” não devem possuir o mesmo ritmo de crescimento econômico dos países ditos “desenvolvidos”, uma vez que isso ameaçaria a extinção dos recursos naturais (CMMAD, 1987).

Ou seja, reforçando teorias liberais, como a Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo (1982), que buscam frear o crescimento de países historicamente colonizados e/ou prejudicados sistematicamente e estruturalmente dentro dos moldes de desenvolvimento capitalista, para que *ostatus quo* sempre se mantenha o mesmo, o Relatório Nosso Futuro Comum, acaba priorizando a economia ao meio ambiente, sugerindo que os países mais responsáveis pelas destruições e catástrofes naturais tenham mais liberdade para seguir destruindo a natureza (com racionalidade), enquanto os países menos desenvolvidos diminuam as suas produções em prol de uma suposta harmonia.

Todavia, para compreender melhor essas críticas mencionadas acima, primeiro se faz necessário discorrer sobre o porquê da problemática em torno da concepção de “desenvolvimento”. Isso, pois, o desenvolvimento está interligado com concepções econômicas e, por isso, não tem como trabalhar com o desenvolvimento sustentável sem fazer uma correlação entre essas duas temáticas e o viés teórico preponderante norteador.

Isto posto, segundo Baran (1977), o desenvolvimento dentro da área da Economia foi central durante o seu período clássico. Por isso, o progresso econômico passou a ser uma problemática de extrema importância para diversas gerações de acadêmicos da Economia e de economistas no geral.

Para o autor, os economistas clássicos, além de tecerem demasiadas críticas sobre a ordem feudal, também se dedicaram na compreensão e explicação da ascensão do capitalismo e do seu funcionamento (Baran, 1977).

Se opondo as barreiras compulsórias impulsionadas pelo feudalismo, os economistas clássicos defendiam uma suposta “liberdade econômica”. Assim, possuindo uma base teórica que gravitava em torno das concepções do *laissez-faire*, promoviam os impedimentos à pauta do desenvolvimento na iniciativa privada. Um dos argumentos que defendiam essa tese era o da expansão econômica, pois essas restrições impostas ao desenvolvimento impediam o potencial produtivo das sociedades (Baran, 1977).

No entanto, com a queda do regime feudal e a solidificação do capitalismo enquanto modelo econômico vigente, houve uma transformação ontológica na burguesia. A economia burguesa que inicialmente questionou o status quo econômico, promovendo a Revolução Francesa e o fim da monarquia, quando se assentou no poder, passou a justificá-lo, perdendo de vista a análise da mudança econômica e social gradualmente, ora reiterado até por Karl Marx e Friedrich Engels no seu Manifesto do Partido Comunista (1999).

Assim, Baran (1977) afirma que, embora a Economia clássica tenha possuído um caráter revolucionário em seus primórdios, sua visão foi substituída por uma abordagem mais estática e conservadora. Isso ocorreu ao passo em que o capitalismo foi se desenvolvendo, criando raízes e enfrentando novas realidades, como a industrialização avançada e desenfreada, e as diversas crises políticas (Baran, 1977).

Dentro dessa perspectiva, Coggiola (2009) pontua sobre a desigualdade presente no desenvolvimento capitalista e o impacto do imperialismo no mercado mundial. Para o autor, o imperialismo capitalista é visto como uma etapa da história e economia caracterizada pela centralização do capital e exploração de nações “subordinadas”, contribuindo com o aumento das desigualdades sociais e econômicas (Coggiola, 2009).

Dito isso, percebe-se o impacto sobre as nações colonizadas, bem como as contradições internas presentes no imperialismo. Portanto, Coggiola (2009) afirma que o modelo imperialista possui em seu âmago um sistema agressivo e racista, responsável por exacerbar tensões em âmbito global, provocando conflitos e guerras ao passo em que, simultaneamente, sustentava

a economia global de cunho capitalista. Ou seja, a codependência presente nessas temáticas é analisada quando é possível perceber que o imperialismo está para o capitalismo, assim como o capitalismo está para o imperialismo.

Por conseguinte, a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial em 1917 e a Revolução Russa foram eventos históricos que mudaram as políticas globais e as relações internacionais econômicas. Durante a Primeira Guerra Mundial, os EUA passaram a ser os fornecedores mais importantes dos seus aliados, se consagrando enquanto a maior potência industrial e credora do mundo (Coggiola, 2009).

Por conseguinte, após a Segunda Guerra Mundial, a economia internacional, que já estava em colapso desde a Grande Depressão de 1929, se intensificou. Dessa maneira, os países que participaram da Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, realizou em 1944 a Conferência de Bretton Woods, que tinha o intuito de criar propostas para reorganizar o sistema monetário internacional (Carvalho, 2009).

Segundo Carvalho (2009), essas medidas emergenciais de reconstituição das relações econômicas internacionais foram tomadas sob a égide de dois princípios: o livre comércio e o controle de capitais. A questão do livre comércio como pauta basilar na criação de um Sistema Financeiro Internacional foi defendida com afinco pelos EUA, auxiliando na fundamentação da Conferência e auxiliando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), junto com a concepção do controle de capitais (Carvalho, 2009).

No entanto, a defesa dos EUA sobre o livre comércio, possuía claros interesses da única potência mundial a sair intacta da Segunda Guerra Mundial, não sendo movida exclusivamente por princípios de eficiência. Segundo Carvalho (2009), os EUA mantiveram a sua base de recursos naturais intactas e possuíam uma indústria que era beneficiada no suprimento de armas, equipamentos e diversas ferramentas necessárias a todos os países aliados.

Destarte, levando em consideração um cenário pós-Guerra onde os países da Europa estavam em processo de reconstrução, sem prazos definidos para tal, os EUA acabaram se solidificando enquanto supremacia econômica internacional indisputada por muito tempo, se embasando no livre comércio. Essa institucionalidade acabou adotando um sistema de taxas cambiais

fixas pelo FMI, onde a estabilidade cambial tinha o intuito de ajudar o comércio a possuir mais certezas sobre os desejos e intenções de atores internacionais, no que tange: importação, exportação e preços pelos produtos que são responsáveis por transacionar (Carvalho, 2009).

Assim, as transações econômicas entre países-membros desse SFI, passaram a ser remediadas através do dólar, consolidando o que ficou conhecido como a hegemonia do dólar. Dessa maneira, se instaurou um clima de “liberdade de escolha” no cenário internacional, onde constrangia os atores a adotarem esse sistema, uma vez que era formado pelas maiores potências econômicas mundiais e, caso os outros países optassem por não participar, poderiam ser excluídos de futuras negociações, organizações, tratados, e demais cooperações internacionais, ou até mesmo serem vistos como potenciais inimigos.

Outrossim, dentro dessa perspectiva de imperialismo do Norte Global, atrelada ao capitalismo disfarçado de desenvolvimento, que Celso Furtado (1975) analisa as economias tidas como “subdesenvolvidas” relacionadas aos mecanismos utilizados pelo capitalismo industrial, na sua expansão e difusão. De acordo com Furtado (1975), por conta do advento da Revolução Industrial, surgiu um sistema de divisão internacional do trabalho extremamente complexo, responsável por diversas transformações na essência da utilização de recursos, internacionalmente.

Portanto, apesar de Furtado (1975) não utilizar a terminologia “colonização epistêmica”, ele denuncia essa questão, no que tange a compreensão desse subdesenvolvimento sistêmico. Por exemplo, ele também critica a lei das vantagens comparativas de Ricardo (1982), afirmando que ela surge com o intuito de justificar a questão da espacialização no cenário internacional, promovendo a questão do subdesenvolvimento (Furtado, 1975).

Nesse mesmo certame, Furtado (1975) utiliza os termos “dependência cultural” e “modernização”, para explicar os trâmites dessa colonização epistêmica. De acordo com ele, os pilares que sustentam o processo de reproduções estruturais nas sociedades nacionais e internacionais, é a dependência cultural. Isso ocorre ao passo em que a modernização atua fazendo com que haja uma “adoção de padrões de consumo sofisticado (privado e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos reprodutivos” (Furtado, 1975, p. 81).

Não obstante, é necessário ressaltar que o autor salienta sobre a dependência cultural ser advinda da colonização cultural. Isso quer dizer que esse modelo de dependência é mais comum que o subdesenvolvimento, pois toda economia tida como subdesenvolvida dentro desses moldes pressupostos, acaba sendo uma economia dependente. Ou seja, essa situação surgiu justamente com esse intuito, tendo como premissa básica a manutenção das economias desenvolvidas enquanto desenvolvidas e impedindo a progressão das economias subdesenvolvidas para um caráter de desenvolvimento (Furtado, 1975).

Ainda, Furtado (1975) menciona que esse tipo de colonização cultural aconteceu até mesmo em regiões onde as condições permitiam um salário mais vantajoso para os trabalhadores. Assim, as concepções de subdesenvolvimento devem ser entendidas enquanto um conjunto de forças interligadas, que interagem concomitantemente, criando capacidades de reprodução no tempo.

Logo, o subdesenvolvimento e o capitalismo são inerentes ao funcionamento um do outro (Furtado, 1975). Ou seja, assim como Coggiola (2009) afirma que o capitalismo precisa do modelo imperialista para atuar, Furtado (1975) afirma também que ele precisa do subdesenvolvimento para continuar ganhando força e, conseqüentemente, existindo.

Sabendo disso, é possível tecer a crítica do desenvolvimento (in)sustentável, proposta pelas autoras Freitas, Nélsis e Nunes (2012). Segundo elas, a transição do modelo feudal para o capitalista, pontuado por Coggiola (2009) e Baran (1977), foi responsável por trazer à tona novas formas de exploração e opressão. Para além da opressão de classes sociais, retratada nas críticas marxistas em geral, as autoras mencionam a opressão dos recursos naturais (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Isto posto, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) pontuam sobre as questões referentes a dois tipos de exploração: colonial e de recursos naturais, nos territórios do hemisfério sul. Essas explorações são características da acumulação capitalista supracitada, e são necessárias para o enriquecimento da burguesia nos países considerados desenvolvidos nos moldes capitalistas. Essas explorações acabam por intensificar a destruição do meio ambiente, sendo umas das principais responsáveis na crescente crise ambiental atual (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Por ser notório que o modo de produção capitalista desenvolvimentista está intrinsecamente ligado à crise ambiental na atualidade, é necessário que haja uma transformação no modelo econômico vigente, para que ocorra um combate contra a crise ecológica na contemporaneidade. Dentro dessa perspectiva, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) adicionam o prefixo (in) para se referir ao tópico do desenvolvimento sustentável.

Segundo as autoras, em tom crítico às concepções de desenvolvimento sustentável nos moldes do capitalismo conservacionista, elas afirmam que o reforço do termo no Relatório de Brundtland, apesar de possuir o objetivo de balancear o crescimento da economia com temas de justiça social e presença ambiental, ele possuía uma escrita deveras tendenciosa, muito passível à críticas (Freitas; Nélsis; Nunes (2012).

Destarte, no marxismo estudado na contemporaneidade, a crítica que prepondera sobre a questão do desenvolvimento sustentável, segundo Freitas, Nélsis e Nunes (2012), é sobre como essa temática é concebida atualmente. Isso ocorre porque, do jeito que foi exposto pelo Relatório de Brundtland, e que segue sendo trabalhado atualmente, não consegue solucionar os problemas das desigualdades sistêmicas, muito menos os problemas ambientais criados pelo modelo econômico capitalista (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Isto posto, como mencionado anteriormente por Diegues (2008), as conceituações conservacionistas foram os pilares que moldaram as concepções de desenvolvimento sustentável, e essa vertente teórica prioriza o ser humano à natureza. Ainda, não se opõe à transformação dos recursos naturais em mercadoria, desde que seja de uma maneira “racional” (Diegues, 2008).

Assim, a crítica levantada por Freitas, Nélsis e Nunes (2012) afirma que essa abordagem do desenvolvimento sustentável dialoga com a teoria econômica-liberal de mercado. Ou seja, acaba por compactuar com a noção de automação das beneficências ambientais, através do crescimento econômico (Freitas; Nélsis; Nunes (2012).

Dessa forma, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) reforçam que no capitalismo tardio é mais fácil de se perceber os impactos destrutivos ambientais e as contradições sistêmicas, principalmente na maneira como os países “subdesenvolvidos” sustentam a acumulação de riqueza dos Estados “desenvolvidos”,

por meio da exploração econômica e das formas de impedimento de desenvolvimento supracitadas, tanto pelo Relatório de Brundtland de maneira normativa, como por Celso Furtado (1975) de maneira crítica.

Não obstante, sabendo que a produção industrial contemporânea é uma das maiores responsáveis por ocasionar danos ambientais, como a escassez de recursos e a poluição, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) salientam que o desenvolvimento sustentável, proposto da forma que foi, falha em questionar a estrutura capitalista subjacente. Ainda, afirmam que propostas de soluções superficiais são responsáveis apenas por fortalecer o sistema existente (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Essas soluções superficiais surgem dentro do próprio sistema com o intuito de manter e fortalecer as estruturas enraizadas, sugerindo formas de superar ou resolver problemas que ele mesmo criou, ao passo em que se coloca numa posição de mártir e protagonista na resolução de problemas, por conta da problemática levantada por Boltanski e Chiapello (2009) em sua obra “O Novo Espírito do Capitalismo”

Segundo os autores, o capitalismo possui uma espécie de origem metamórfica, onde ele consegue se transformar para se adaptar à realidade atual. Isso pode ser percebido em diversas questões da sociedade, onde ocorre a transformação ontológica do regime em questão, fazendo com que ele passe a “defender” pautas que antes ele estigmatizava, ou menosprezava e, às vezes, necessitava que fosse subjugada para existir (Boltanski; Chiapello, 2009).

Isso acontece porque, conforme a sociedade muda, as pautas também mudam, e o capitalismo precisa se transformar para que seja aceito pelas novas gerações e permaneça com as suas raízes intactas estruturalmente (Boltanski; Chiapello, 2009). Portanto, dentro dessa premissa, pode-se analisar o desenvolvimento sustentável conservacionista, nos moldes do Relatório de Brundtland, como uma ferramenta para que o modelo capitalista siga sendo percebido como necessário pela geração atual e pelas futuras gerações.

Nesse sentido, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) pontuam que o capitalismo, no intuito de se adaptar aos problemas atuais da sociedade, promove uma “imagem verde”, que esconde a sua face exploradora de recursos naturais para existir. Por fim, reiteram que o único jeito de haver um sistema verdadeiramente sustentável, é com a superação do capitalismo enquanto

regime econômico vigente, e a adoção de um novo modelo de produção, que se faça pautado na ética e que seja, de fato, ecológico (Freitas; Nélsis, Nunes, 2012).

Por conseguinte, o próximo tópico tem como objetivo destrinchar sobre como atores transnacionais atuam como ferramenta nessa propagação de capitalismo verde disfarçado de desenvolvimento sustentável. Levando em consideração que os principais atores transnacionais que utilizam desse *modus operandi*, são as empresas multinacionais, vale ressaltar que o foco do tópico seguinte são as Organizações Não Governamentais de sustentabilidade, uma vez que surgiram com um caráter antissistêmico e, atualmente, várias passaram a seguir modelos que corroboram com o sistema, em vez de combatê-lo.

4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) DE SUSTENTABILIDADE E A REPRODUÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CAPITALISTA

Segundo o professor Daniel Aragão (2012), na sua obra “O controle global da solidariedade: transnacionalização e privatização na adaptação estratégica de ONGs britânicas no Brasil”, em concordância com as afirmativas supracitadas, com o fim da Guerra Fria ocorreu uma crescente propagação de políticas de vieses neoliberais por diversos campos das sociedades internacionalmente. Por esse motivo, se fez necessário que o que se compreendia por cooperação internacional, passasse por uma série de adaptações.

Assim, levando em consideração o fato que ONGs são atores transnacionais e que, durante esse período pós-Guerra Fria, esses atores passaram a ter mais relevância e atuação no campo das análises das Relações Internacionais, como mencionado por Özdemirkiran-Embel (2021), essas adaptações também ocorreram nelas, nas formas como elas lidavam com problemáticas internas e externas.

Dito isso, segundo Aragão (2012), o caráter ontológico das ONGs do Sul Global, com foco no Brasil, podia ser descrito como antissistêmico, logo, anti-hegemônico. No entanto, com a transformação do enfoque antes voltado para o combate às explorações e desigualdades no âmbito da economia, além das opressões sociais estruturais ocasionadas pela lógica capitalista

do liberalismo, começou a haver uma mudança de sentido e agência no núcleo de algumas dessas ONGs (Aragão, 2012).

O motivo principal que permeia essa transformação, explicado por Aragão (2012), foi porque, com esses deslocamentos desse foco, passou a ser globalizada a ideia de que, em vez de combater as desigualdades e opressões sistêmicas, o correto seria promover práticas de políticas assistencialistas e o fortalecimento de compreensões de cidadania aos marginalizados. Com isso, esse perfil de ONG:

(...) caminhava para um enfoque orientado pela noção de terceiro setor, sobretudo percebido nas ONGs surgidas a partir de então, tornando-se um espaço de gerenciamento privado de recursos públicos (Aragão, 2012, p. 272).

Isto posto, no período pós-Guerra Fria e começo dos anos 2000, o Norte Global exercendo o seu poder hegemônico, ampliava com afincos os mecanismos de controle sobre o Sul Global. Esse controle era perpetuado através de diversas maneiras, como com a utilização de organizações transnacionais como ferramentas de difusão das suas agendas pelo mundo (Aragão, 2012).

Isso ocorreu pois, durante esse período, houve um foco na especialização e profissionalização, além do estrangulamento das políticas nacionais e internacionais, no que tange pautas cada vez mais voltadas para a cooperação internacional que priorizavam o desenvolvimento neoliberal. Assim, muitas ONGs passaram a exercer esse papel de ferramenta de propagação neoliberal (Aragão, 2012).

No que diz respeito às ONGs que possuíam enfoque na sustentabilidade, Sogge (2002) menciona que, algumas que podem ser citadas enquanto instrumentos para este devido fim, são: a OXFAM, a *Christian Aid* e a *Action Aid*, onde, além das pautas de desenvolvimento sustentável, também atuavam em outras questões de caráter “assistencialista”, ora criticado por Aragão (2012), como a pobreza global.

No entanto, é válido ressaltar que ao redor do globo, ao passo em que essa instrumentalização da agenda desenvolvimentista neoliberal vinha ocorrendo, movimentos sociais de caráter transnacional emergiram, protestando contra esse tópico. Segundo Özdemirkiran-Embel (2021), a Batalha de Seattle possuiu um grande feito nesse quesito.

Segundo o autor, os protestos em Seattle aconteceram durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), e possuíam como objetivo denunciar as políticas capitalistas da OMC, bem como o livre comércio e as falhas nas aplicabilidades dos direitos humanos “universais” e da globalização desse desenvolvimentismo neoliberal. Assim, adquiriu o caráter de transnacional, uma vez que essas pautas específicas passaram a ser reivindicadas por, pelo menos, 82 cidades internacionalmente, demonstrando uma insatisfação por parte da população mundial com esse modelo de desenvolvimento (Özdemirkiran-Embel, 2021).

Destarte, ao passo em que movimentos como a Batalha de Seattle ocorriam, protestando contra a OMC enquanto um projeto universal de globalização de pautas neoliberais desenvolvimentistas, essas mesmas pautas se articulavam com afinco, utilizando de atores transnacionais como uma de suas ferramentas de propagação desses ideais.

Outrossim, dentro do campo da sustentabilidade, utilizando o termo desenvolvimento quando aplicada por atores transnacionais como ONGs, Ribeiro (2012) reforça uma problemática intrigante. Segundo o autor, a promoção dessas concepções orbita internacionalmente com o intuito de ressignificar o jeito como se percebe as questões ambientais dentro das relações internacionais (Ribeiro, 2012).

Dessa forma, essa estratégia de utilizar as ONGs para esses devidos fins, pode ser percebida como uma forma deslocada de se repensar o desenvolvimento. Isso ocorre pois, as formas ambientais de se analisar criticamente o desenvolvimento sustentável, onde priorizavam a problematização das causas e surgimentos da crise ambiental perpetuada até a atualidade, passaram a ser substituídas por um campo normativo de ações orientadas em promover um combate aos efeitos dessas causas. Ou seja, não pensar no porquê dessas causas terem ocorrido, mas sim enfrentar as consequências (Ribeiro, 2012).

Portanto, as ONGs de sustentabilidade, por tratarem de pautas sensíveis e extremamente necessárias atualmente, acabam sendo aliadas transnacionais extremamente necessárias para o Norte Global hegemônico, nessa questão. Uma vez que, utilizam essas instituições para propagar discursos ideológicos voltados para o que Ribeiro (2012) denomina de “responsabilidades comuns”, embasadas nas pautas conservacionistas do desenvolvimento sustentável capitalista.

Neste certame de responsabilidades comuns, uma interpretação que pode ser tida é que a noção de desenvolvimento sustentável, nos moldes supracitados, evidencia uma conotação que busca justificar a crise ambiental, atribuindo o mesmo grau de culpa a todos os atores internacionais (tanto os exploradores, quanto os explorados). Essas formas de agir emergem com o intuito de manutenção das estruturas de poder, explicando contradições na geopolítica, que são permeadas em diversas questões econômicas (Ribeiro, 2012).

Não obstante, Ribeiro (2012) pontua sobre a propagação de um padrão normativo no âmbito do direito internacional, que advém dessa noção de desenvolvimento sustentável enquanto um paradigma. Para o autor, esse paradigma acaba por inserir-se e solidificar-se nos aparatos das ONGs e dos demais atores transnacionais mencionados ao longo do texto (Ribeiro, 2012).

Um exemplo claro que pode ser mencionado, é o caso da campanha da ONG SOS Mata Atlântica, sobre conscientização de pessoas, principalmente um público infanto-juvenil, a urinarem no banho. Segundo Nogueira (2009), a SOS Mata Atlântica, ao lançar essa campanha, possuía o intuito de redução do desperdício de água. Para eles, encorajando que as pessoas urinem na hora que estiverem tomando banho, pode gerar uma economia de 12 litros de água diários, o que equivale a uma descarga (Nogueira, 2009).

Mencionando a coordenadora da rede das águas da SOS Mata Atlântica, durante a época da campanha, Nogueira (2009) afirma que o intuito deles era de provocar e mexer com a consciência das pessoas. E, ainda, utilizavam um sapo como o “mascote” da campanha, pois é um animal que não consegue viver em água contaminada (Nogueira, 2009). Todavia, ao analisar essa campanha específica de maneira crítica ao desenvolvimento sustentável conservacionista, após a leitura de todos os escritos expostos até aqui, pode-se perceber o caráter de responsabilidades comuns, mencionado por Ribeiro (2012), a todo vapor.

Ao atribuir culpa ao indivíduo pelo suposto desperdício de água, ao passo em que não menciona o regime capitalista neoliberal e as suas quantidades exorbitantes de desperdícios, a ONG SOS Mata Atlântica cria uma falsa equivalência baseada na responsabilidade comum capitalista. Por se embasarem em pautas do desenvolvimento sustentável conservacionista, propostas pelo Relatório de Brundtland, onde o próprio nome do relatório já

é tendencioso quanto a essa questão da partilha de responsabilidade: “Nosso Futuro Comum”, essas ONGs de sustentabilidade acabam por reproduzir esse *modus operandi* de culpabilizar o indivíduo, principalmente os membros de países “subdesenvolvidos” pela crise ambiental. Isso porque, como pode ser interpretado após a leitura do próprio Relatório, os países e, logo, os indivíduos “subdesenvolvidos” devem poupar mais o meio ambiente, para que os “desenvolvidos” não precisem poupar tanto e possam seguir se desenvolvendo em prol da harmonia coletiva (CMMAD, 1987).

No mais, ONGs que priorizam pautas de sustentabilidade dentro desses moldes enviesados de desenvolvimento sustentável, principalmente as que foram originadas no Norte Global, influenciam direta ou indiretamente todo o Sul Global por meio do seu caráter transnacional, sendo reproduzidos por todo esse território. Para tal, utilizam de pautas coletivas de interesse internacional, buscando a ressignificação do combate, deslocando o foco do crítico para técnico.

Como resultado, a partir da propagação da culpa por meio das concepções de responsabilidade comum, faz com que os seus países de origem sejam tidos como heróis, protagonistas e até mesmo mártires, no que tange a resolução de problemas que foram originados por eles mesmos. Assim, fazendo com que o setor privado e, logo, o regime capitalista neoliberal, seja cada vez mais fortalecido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a atuação de Organizações Não Governamentais de sustentabilidade na contemporaneidade, o artigo buscou responder a seguinte pergunta norteadora: como ONGs que possuem vieses voltados para sustentabilidade e desenvolvimento sustentável auxiliam na manutenção e propagação da epistemologia neoliberal no cenário internacional?

Para isso, o artigo se dividiu em três tópicos que tinham o intuito de fazer uma linha cronológica sobre a temática proposta. Primeiro, a construção e transformação das ideias presentes no imaginário coletivo no que tange o mundo selvagem, e as teorias preservacionistas e conservacionistas. Depois, elaborar sobre as concepções enviesadas sobre o desenvolvimento, seu vínculo com a sustentabilidade e a crítica (in)sustentável. E, por último, buscar

elucidar sobre como as ONGs com vieses de sustentabilidade contribuem com a promoção dos ideais capitalistas nos moldes conservacionistas de desenvolvimento sustentável.

Com essa finalidade, o trabalho foi realizado a partir da aplicabilidade de uma metodologia qualitativa explicativa, a partir da utilização de teóricos essenciais para os estudos do Meio Ambiente e Relações Internacionais. Ainda, foi analisado o documento proposto pela CMMAD (1987) “Nosso Futuro Comum”, com o intuito de analisar criticamente os pilares basilares para a compreensão de desenvolvimento sustentável.

Assim, o estudo se caracteriza enquanto crítico às concepções capitalistas de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e ao modelo conservacionista que impulsiona o “capitalismo verde” e as “responsabilidades comuns”. Ainda, reitera sobre as necessidades de atores transnacionais que surgiram como antissistêmicos, como ONGs ambientais, de se manterem embasadas em vieses que seguem essa linha anti-hegemônica, como o preservacionismo. Uma vez que, apesar de compreender que existem ONGs que surgiram com objetivos genuínos de proteção ambiental, ao passo em que combatem a desigualdade promovida pelo capitalismo, a pesquisa foca na crítica ao endossamento daquelas que propagam os ideais neoliberais capitalistas por meio de pautas de desenvolvimento sustentável. Portanto, o trabalho pretende contribuir para a área das diversas Ciências que estudam o Meio Ambiente, especialmente as Ciências Humanas, Sociais e Biológicas.

Por fim, a pesquisa em questão sugere, embasada nos pressupostos estipulados por Freitas, Nélsis e Nunes (2012), sobre a necessidade de superação do desenvolvimento (in)sustentável capitalista, a urgência de ONGs que priorizem epistemologias críticas que adotem novos modelos de produção, como o preservacionismo, em ordem de realmente denunciarem os verdadeiros causadores das destruições ambientais em massa e promoverem proteções reais e efetivas à todos os componentes do meio ambiente internacional.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Daniel Maurício D. 2012. O controle global da solidariedade: transnacionalização e privatização na adaptação estratégica de

- ONGs britânicas no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 269–283, 2012.
- BARAN, Paul A. 1977. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. 2009. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- CARVALHO, F. 2009. *Sistema financeiro internacional*. Brasília: Thesaurus.
- CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1991. *Relatório Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2024/05/Nosso-Futuro-Comum.pdf>>. Acesso em: 06 set., 2025.
- COGGIOLA, Osvaldo. 2009. *As grandes depressões (1873–1896 e 1929–1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda.
- CORBIN, Alain. 1989. *O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DIEGUES, Antonio Carlos. 2008. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP.
- FREITAS, Rosana de Carvalho M.; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. 2012. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41–51, 2012.
- FURTADO, Celso. 1975. *Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GIL, Antonio Carlos. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- KEMF, Elizabeth. 1993. *In search of a home: Protected living in or near protected area*. San Francisco: Sierra Club Books.

- KIRSCHBAUM, Charles. 2013. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 179–257, 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2001. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- LAPLANTINE, François. 2007. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense.
- MARSH, George P. 1965. *Man and nature: or, physical geography as modified by human action*. Cambridge: Harvard University Press.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1999. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra.
- NASH, Roderick. 1989. *The rights of nature: a history of environmental ethics*. Madison: University of Wisconsin Press.
- NOGUEIRA, Salvador. 2009. *ONG ambientalista realiza campanha para pessoas fazerem xixi no banho*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL1113021-5603,00-ONG+AMBIENTALISTA+REALIZA+CAMPANHA+PARA+PESSOAS+FAZEREM+XIXI+NO+BANHO.html>>. Acesso em: 22 out., 2024.
- ÖZDEMIRKIRAN-EMBEL, Merve. 2021. Transnational actors in global governance: what legitimacy for multinational corporations? In: GOK, G. O.; MEHMEHTCIK, H. (Orgs.). *The crises of legitimacy in global governance*. London: Routledge, 2021. p. 139–156.
- RIBEIRO, Fernando. 2012. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 211–226, 2012.
- RICARDO, David. 1982. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Victor Civita.
- SOGGE, David. 2002. *Give and take: what's the matter with foreign aid?* London: Zed Books.

- TALLBERG, Jonas; JÖNSSON, Christer. 2010. Transnational actor participation in international institutions: where, why and with what consequences? In: JÖNSSON, Christer; TALLBERG, Jonas (Orgs.). *Transnational actors in global governance: patterns, explanations, and implications*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.
- THOMAS, Keith. 1983. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras.